

Alguns Temas

Mozart Soriano Aderaldo

TEMPO E ETERNIDADE

Escreveu-me alguém, a mim ligado por muitos laços, inclusive espirituais, estranhando que eu tivesse deixado passar sem registro o primeiro aniversário da morte de Gustavo Corção, ocorrida em princípios de julho de 1978.

Confesso que, embora tendo sempre presente o exemplo daquele grande intelectual católico, que se ofereceu em holocausto pela pureza da doutrina da Igreja, sabendo que assim agindo atrairia sobre si, como de fato ocorreu, todo o ódio de irreversíveis adversários do Catolicismo e de seus novos aliados — os chamados “progressistas” —, confesso que esqueci a efeméride no seu dia exato. Isto não significa, entretanto, que o tempo, tão curto aliás, haja apagado em mim a memória de quem foi, e ainda continua sendo, um símbolo contra a modernização da Igreja, expressões realmente anti-téticas porquanto o que é eterno dispensa modernizações por ser sempre atual.

É justamente esta verdade concernente à eternidade da Igreja que seus inimigos, para quem esta não passa de obra meramente humana, bem como seus novos aliados — os “católicos progressistas” —, não mais aceitam. E, numa técnica tipicamente marxista, de grande resultado sob o ponto de vista simplesmente humano, insistem nessa modernização com o objetivo de alcançar uma aceitação generalizada, deturpando o exato ponto de vista de quem lhe faz oposição e isolando os católicos tradicionalistas de qualquer participação nos movimentos simplesmente religiosos, terreno comum em que todos poderiam e até deveriam entender-se. Este, o entendimento, é reservado exclusivamente para quem, não sendo católico embora, abraça as mesmas teses moder-

nizadoras, mais uma prova de que não atendem aos interesses da Igreja mas aos de seus inimigos.

Insisto nessa triste realidade, não para reavivar feridas que a Providência há de cicatrizar, mas com o objetivo de posicionar adequadamente a figura do grande morto de um ano atrás. Para Corção teria sido fácil e cômodo colaborar com essa monstruosa posição dos “apóstolos de uma nova cristandade”. Se assim procedesse, ainda em vida, teria sido badalado como o grande intelectual católico que na verdade foi. Mesmo que não houvesse dado o seu apoio a essa avassaladora onda desvirtuadora do real espírito católico, o seu simples silêncio não teria acarretado a campanha sistemática que contra ele moveram, inclusive a tentativa de obnubilar o que absolutamente não pode ser negado — a sua inteligência e lucidez.

Preferiu, entretanto, enfrentar tudo e todos e dizer o seu *non possumus* diante de uma atitude falsa e hipócrita. Fê-lo conscientemente, sabendo de antemão o que iria sofrer.

Mas seu holocausto não foi em vão, para desespero de seus odientos opositores. Ainda agora, decorrido um ano de sua morte, leio no *Jornal do Brasil*, em cujas páginas foi tão ofendido e caluniado enquanto vivo, dois primorosos artigos em que sua heróica figura é cultuada com carinho.

O primeiro desses, do sociólogo José Artur Rios, relembra que brilhou, em casa do Cosme Velho, no Rio, “uma lâmpada que foi, por muito tempo, para amigos e discípulos, o sinal de uma presença, luz maior da inteligência, amizade e calor humano”. Esse calor humano que dourava a personalidade de Corção — e eu o senti bem, pois fui seu aluno no Instituto Católico de Estudos Superiores, embrião da Universidade Católica do Rio —, constituiu, aliás, um dos aspectos em que Corção foi duramente injustiçado. Forjou-se, artificialmente, a imagem de uma pessoa fria, desumana, cruel e até perversa, quando de fato o grande morto era exatamente o antípoda disso tudo, a ponto de Rachel de Queiroz se vir obrigada a protestar contra essa onda de inverdades, dando a respeito um testemunho arrasador.

A injustiça, porém, continua, persiste. Qualquer intelectualoide de esquerda teria recebido, no primeiro aniversário de sua morte, a badalação de inúmeros jornais e até missas de bispos “progressistas”, amplamente anunciadas pelas “patrulhas ideológicas”.

Quanto a Corção, guarda-se um silêncio que fala... O ódio permanece no coração dessa gente, que jamais perdoou que alguém lembrasse e proclamasse o erro que cometiam. Ainda agora, ao divulgar seus trocadilhos bobos ou suas estranhas idéias, o Cardeal Arns, de São Paulo, há de estreme-

cer, temeroso de que Gustavo Corção possa arrasadoramente refutar-lhe. E deve sorrir, mais tranqüilo, ao lembrar-se de que o Grande Vigilante jaz morto...

Outro artigo sobre Corção foi publicado por Dom Marcos Barbosa, seu velho e sempre leal amigo. O articulista, vero poeta, começa dizendo que, decorrido embora um ano da morte de Corção, não devemos esquecer que o tempo é relativo. “Uma de nossas vitórias, vitória do espírito, é justamente vencer o tempo” — lembra ele, concluindo que não deu pela ausência de Corção “porque ele continua presente”. Conforme foi lembrado pelo próprio Cristo, o grão de trigo só vem a produzir fruto depois de enterrado. Naqueles longos e doridos anos de luta, que parecia ingloria, Corção sempre afirmava “a dimensão eterna e sobrenatural da Igreja contra os que pretendiam reduzi-la a uma instituição social, visando sobretudo à promoção humana”. Mas seus inimigos o consideravam morto, vencido, liquidado, contra a expressa palavra de São Paulo — “Morte, tua vitória onde está?”

Na verdade, “o que vimos de repente, mal Gustavo Corção cerrou os olhos? Após os 33 dias de um Papa inteiramente inesperado como João Paulo I, surge o atlético polonês que não cessa de surpreender o mundo desde a sua eleição e que nos vem falar da verticalidade da Igreja, advertindo o clero contra UM INTERESSE EXAGERADO PELO VASTO CAMPO DOS PROBLEMAS TEMPORAIS e convidando os religiosos à oração: TESTEMUNHO, SIM; CONTESTAÇÃO, DE MODO NENHUM!”

Ja eu agora escrevendo que a consagração às idéias de Corção — pois eram essas as suas idéias — viera tarde. Mas, qual o que! Veio ela bem em tempo, na hora em que Deus o quis, pois, para nós católicos, tempo e eternidade não podem ser mensurados.

MEU PRIMO PLÁCIDO

Perdeu o Ceará, no último domingo, um dos seus melhores filhos. Digo MELHORES, e não apenas MAIS IMPORTANTES ou MAIS ILUSTRES, porque nem sempre estes merecem também a primeira dessas qualificações, enquanto Plácido Aderaldo Castelo merecia todas elas. De fato, de par com sua indiscutível importância como político e sua reconhecida ilustração como intelectual, Plácido era um dos melhores homens de nossa terra, com um coração tão grande e largo e bom que, afinal, o vitimou.

Nasceu ele em Mombaça, a 11 de janeiro de 1906, primogênito de João Castelo, de tradicional família dos Inhamuns,

e Antonina Aderaldo, de uma das raras famílias mombacenses que podem remontar ao ano de 1706, quando a sesmeira Maria Pereira da Silva conseguiu as terras onde a cidade de Mombaça, que por sinal teve o seu nome por largos anos, se levantaria.

O avô materno de Plácido, irmão de meu avô paterno, chefiou, com o apoio da família, um dos partidos políticos que militavam no município nos últimos anos do segundo reinado e primeiras décadas da República. Herdou, assim, o futuro Governador do quinquênio 1967/71, o gosto pelas atividades políticas, tendo se destacado, desde os tempos de estudante em Fortaleza, como líder incontestado da classe. Então, ao lado de Perboyre e Silva, o inolvidável Presidente da Associação Cearense de Imprensa, e de Paulo Sarasate, Diretor do jornal *O Povo* e que o antecederia no posto de mais alto magistrado do Ceará, fundou e dirigiu a revista *A Farpa*, através da qual foi desencadeada forte campanha contra os costumes políticos da chamada Pátria Velha, antes de Revolução de 1930. Isto custaria aos três uma arbitrária prisão, afinal relaxada.

Orador de sua turma de bacharéis, foi logo após diplomar-se em Direito nomeado Promotor de Justiça em Quixadá e posteriormente em Fortaleza. Abraçou, depois, a magistratura, desempenhando com altanaria a alta função de Juiz Municipal de Juazeiro do Norte até as eleições de 1933, quando daquela se afastou para candidatar-se, pela Liga Eleitoral Católica, ao Legislativo do Estado. Eleito Constituinte e Deputado Estadual, foi guindado ao desempenho da liderança do Governo e da Maioria, da qual se arredou para atender ao convite do Governador Menezes Pimentel, que o pôs à testa da Secretaria da Fazenda. Esse desempenho ensejou a Plácido a revelação de uma de suas grandes qualidades — a bondade e a comiseração para com os pobres. Comparecendo ao enterro de um servidor fazendário que, após longo exercício, deixava a família sem qualquer tipo de amparo material, pediu ao Governador a criação de um órgão que evitasse, de futuro, situações vexatórias iguais àquela. Autorizado pelo Chefe do Executivo, Plácido ministrou o projeto de lei que criava o Instituto de Previdência do Estado do Ceará e, uma vez fundada essa benemérita instituição, pediu ao Governador sua exoneração de Secretário da Fazenda para instalá-la e presidi-la nos seus primórdios. E assim sucedeu, para benefício e tranquilidade dos servidores públicos estaduais, a quem depois, como Governador, não pode amparar como desejava, por injunções completamente alheias à sua vontade, que teve de silenciar por ética.

Mudou-se Plácido, tempos empós, para o Rio de Janeiro, de onde regressaria ao Ceará em 1945, com a reconstituição

nalização do País, para disputar uma Cadeira na Câmara Federal, sendo eleito suplente da bancada de seu Partido, chefiado por seu amigo Senador Olavo Oliveira.

Nesse ínterim, desempenhou interinamente a função de Prefeito de Fortaleza, dela se afastando para candidatar-se a Deputado Estadual, logrando ser eleito e reeleito diversas vezes para o nosso Legislativo, situação em que o Governador Raul Barbosa o foi recrutar para o desempenho do cargo de Secretário da Agricultura e Obras Públicas.

Em 1966 foi Plácido incluído, por honrosa sugestão pessoal do austero Presidente Castelo Branco, como um dos postulantes à eleição para a dignificante função de Governador do Ceará no período 1966/71, merecendo ser o escolhido e o eleito por nossa Assembléia. Então comportou-se, como sempre, dignamente e com sua proverbial simplicidade e cavalheirismo. Sou testemunha, como seu Secretário de Administração, das fugas que dava, burlando a vigilância de sua Casa Militar, à praça do Ferreira, para deliciar-se com uma xícara de café e o cigarro que a esta invariavelmente se seguia. O bom povo cearense, que o conhecia bem, nessas ocasiões, como nas demais, tratava respeitosamente, embora sem grandes protocolos, seu simplório Governador. E, a rigor, tinham todos razão: para que Segurança protegendo quem era realmente estimado por correligionários e adversários?

Da governança do Estado, Plácido se despediu cercado pela estima ainda maior de todos. Foi-lhe, aliás, prestada uma das mais significativas homenagens que um homem público pode receber: afastado do Poder, sem outras ambições políticas, mereceu a eleição, por unanimidade de votos, dos 39 sócios efetivos da veneranda Academia Cearense de Letras, sendo disputadíssima a missão de saudá-lo em nome do sodalício, honra que afinal coube ao escritor João Clímaco Bezerra, residente no Rio de Janeiro, numa espécie de solução salomônica. Foi o justo prêmio a quem, desde jovem, se dedicara às letras, legando-nos livros de pesquisa da maior importância, como a *História do Ensino no Ceará*. Nessa matéria, como em outras, era Plácido indiscutível autoridade, tendo fundado, nos idos de 1933, a Escola Normal Rural de Juazeiro, entidade pioneira na educação ruralista em nossa terra, e integrado o corpo docente de vários estabelecimentos de ensino, como a Escola Industrial e a da Fênix Caixeiral, das quais foi também Diretor, e a Escola de Administração do Ceará.

Era ele agricultor e criador por diletantismo, possuindo uma fazendola no município de seu nascimento em terras que pertenceram a seu avô materno, onde se refugiava nos momentos de lazer. Isto se constituía uma volta às origens, das quais, aliás, nunca se desligou, mesmo no exercício das

altas funções que desempenhou no decurso de sua útil vida. Ainda de último elaborava uma Introdução, de que me mostrou algumas páginas, ao livro que sobre a terra comum escreveu seu conterrâneo e contra-parente Augusto Tavares de Sá e Benevides, e nesse prefácio revelava mais uma vez o amor que devotava a Mombaça, bem como os profundos conhecimentos sobre a região e seus povoadores, desde Maria Pereira da Silva, nossa ascendente em linha reta.

Foi um cidadão desse quilate que o Ceará perdeu no domingo último. E é por isso que se pode dizer que, com sua morte, o Ceará ficou mais pobre.

Quanto a mim, seu primo, compadre e auxiliar, que escrevo este artigo com os olhos úmidos de lágrimas e que se mais não digo de suas superiores atitudes como administrador de escol, pobre e probo, é porque o espaço não permite, quanto a mim espalho sobre seu túmulo as pétalas de minha eterna amizade e gratidão.

VINGT-UN ROSADO

Recebo, pelas mãos amigas de Antônio Francisco de Albuquerque, cópia de bem lançado artigo do pesquisador Raimundo Nonato sobre o Professor Vingt-Un Rosado, estes dois últimos de Mossoró, no oeste do Rio Grande do Norte. E as idéias bem desenvolvidas desse artigo me impelem a resgatar dívida minha antiga para com o mais novo dos irmãos Rosado.

Realmente, como de modo acertado salientou Raimundo Nonato, Vingt-Un Rosado, filho de Mossoró que em Mossoró se deixou ficar por amor à terra natal, é “o amigo da cidade e porta-voz dos seus problemas”.

Desde o tempo em que seu irmão Dix-Sept, até então apartado da política, foi recrutado para a Prefeitura Municipal de Mossoró e, logo depois, para a Governadoria do Estado do Rio Grande do Norte, que seu irmão caçula se valia disso para promover culturalmente a terra do berço. Foi, destarte, iniciada rica coleção de livros e monografias de pesquisa sobre a história e o desenvolvimento de Mossoró e sua gente. Venho, aliás, recebendo com comovedora pontualidade os volumes dessa já extensa coleção, em muitos dos quais antepassados meus se cruzam com acentuada freqüência.

Oriundo, pelo lado paterno, de família genuinamente cearense, que se origina nos primeiros sesmeiros da região da Mombaça, tenho também sangue maranhense por via de minha bisavó materna Maria de Caldas Ferreira; bem como sangue catarinense, pois de Laguna era meu bisavô Tenente

Roberto Francisco Coelho, marido dessa última e filho do então Ministro da Guerra, Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho; e ainda sangue mossoroense, pois dessa cidade era a família do pai de minha mãe, Manuel Soriano Guilherme de Melo.

Foi minha ascendência mossoroense o motivo de uma aproximação maior com Vingt-Un Rosado, que passou a dispensar-me especial atenção, por via, não de méritos de que sou desprovido, mas de sua proverbial lhanza. Integrando aquela coleção de documentos mossoroenses, Vingt-Un fez publicar diversas monografias em que a presença dos Guilherme de Melo se faz sentir, inclusive uma de Francisco Fausto de Sousa, precisamente intitulada *Família Guilherme de Melo* (Coleção Mossoroense, n.º 13, junho de 1954, Tipografia Escócia, Mossoró). Outro volume do mesmo autor, edição de 40 exemplares mimeografados, versa sobre o Padre Francisco Longino Guilherme de Melo, irmão de meu avô materno. A respeito desse meu tio-avô escrevi, com base naquela publicação e em outras fontes de informação, uma mini-biografia, publicada na *Revista do Instituto do Ceará* (ano de 1954, vol. 68) e tirada em separata. Possuo, gentilmente ofertada por Vingt-Un, uma fotografia da velha casa do Padre Longino em Mossoró, ainda hoje existente na Rua 30 de Setembro, atualmente Dix-Sept Rosado, n.º 8, imóvel que testemunhou muitos dos episódios dramáticos vividos por seu proprietário na incipiente povoação de Santa Luzia.

Aqui, no Ceará, viveram e ainda vivem diversos remanescentes dos Guilherme de Melo, entre os quais merecem especial referência a digna viúva do ex-Governador Plácido Aderaldo Castelo e a não menos digna esposa do ex-Reitor da Universidade Federal do Ceará Walter de Moura Cantídio.

O entrosamento ou, mesmo, a identificação de Mossoró com o Ceará sempre foi muito grande, a exemplo do que igualmente ocorria com a cidade paraibana de Cajazeiras. Precárias estradas de rodagem dificultavam a ligação dessas duas cidades às respectivas capitais de seus Estados, e isto as integrava melhor com o Ceará, onde as comunicações terrestres eram menos más. Por isso mesmo se dizia que Cajazeiras era uma cidade cearense engravada no território paraibano, situação antiga que atualmente já não se pode confirmar com a facilidade de comunicação por rodovia hoje existente entre o oeste e as outras regiões paraibanas. O mesmo podemos afirmar com relação a Mossoró: somente agora as comunicações terrestres entre o oeste e o leste riograndenses se acham em condições de competir com as anteriormente existentes entre essa cidade e a capital cearense. Meu avô, mossoroense que muito se orgulhava disso, costumava dizer em família (e não lembro esse fato com intuítos polêmicos) que era "cearense

de Mossoró". Essa vinculação pode ser inferida da própria história, sendo válido recordar, como exemplo dentre muitos, a presença do Ceará na campanha pela libertação dos escravos viventes na progressista cidade potiguar. Um dos seus corifeus foi, exatamente, o ardoroso João Cordeiro, figura de esplendorosa grandeza no movimento de libertação dos escravos no Ceará.

Todas estas minhas considerações decorrem da admiração que dedico ao trabalho de Vingt-Un Rosado em prol da cultura em sua terra, quer fixando as origens de Mossoró em monografias de real valor, quer promovendo o seu progresso intelectual, de que é outro magnífico exemplo, ao lado da "Coleção Mossoroense", a Escola de Agronomia que idealizou, fundou e dirigiu por longos anos, verdadeiro oasis de inteligência em pleno interior do Nordeste semi-árido. Merecendo a felicidade de casar-se com outra pesquisadora de mérito, a Dra. América Rosado, os dois muito fizeram e ainda fazem pelo desenvolvimento cultural de Mossoró. E Deus permita que por muito tempo ainda trabalhem sem desfalecimentos nesse elevado propósito.

CIENTISTAS?

Fortaleza foi sede, não há muito, de um seminário de entidade que se intitula, empavonadamente, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Pelo que aconteceu nos anos anteriores, em outras localidades, quando da realização de eventos semelhantes, e, ainda, pelos promotores da reunião em nossa capital, já concluíramos, seguramente, quais os verdadeiros objetivos da reunião. Não custou muito para que seus próprios realizadores se encarregassem de confirmar nossos realistas prognósticos. E se deixou enganar a respeito quem quis.

Primeiramente, como foi salientado por um dos editorialistas do *Correio do Ceará*, os organizadores do conclave (e aqui o termo se ajusta maravilhosamente) em nossa terra isolaram, irritantemente, os intelectuais não engajados nas campanhas políticas que constituíam o verdadeiro objetivo da promoção. O próprio Secretário Estadual de Cultura, homem dedicadamente voltado para as lides intelectuais, de nada participou, ignorado estranhamente pelos jovens cientistas, segundo deduzimos dos termos daquele editorial.

Depois, aqueles "desocupados", na candente linguagem do articulista Bruno Maia, ou "deseducados", como os classificou o editorialista do *Correio*, deram cabal demonstração de suas reais intenções ao apuparem, atrevidamente, o

Governador do Estado anfitrião, que, aliás, os tinha ajudado no preparo material do seminário e havia, até, interrompido viagem ao sul do país para se fazer presente à instalação solene da badalada reunião.

Finalmente, os muito equívocos decorrentes da histeria da chamada “abertura”, que muito influenciou nos participantes do conclave, recrutados sem aptidão para esse tipo de atividade intelectual, concorreram para que o certame não alcançasse os seus proclamados objetivos ostensivos, embora o que se queria realmente (arregimentar a juventude universitária para os programas da esquerda) tenha sido amplamente satisfatório, com a convivência das autoridades omis-
sas e a colaboração dos inocentes-úteis.

Graças a Deus que, como foi destacado no editorial do veterano *Correio do Ceará*, as forças atuantes da cultura cearense não participaram desse “festival de equívocos”.

Que a intenção real, oculta para muitos apedeutas em matéria política, era o engajamento da mocidade na subversão, não há como negar. Muitos exemplos poderiam ser citados a esse respeito pelos que freqüentaram as reuniões do conclave. Citaremos apenas um que, eloqüente demais, serve para comprovar as verdades acima expostas.

A esquerda, sempre tecnicamente adestrada para levar as massas a conclusões forçadas que empanam a realidade, intoxicando-as de “slogans” adrede preparados e importados de longínquas terras, sempre sintomaticamente os mesmos em todos os Continentes, embora mudem ao sabor das conveniências da Revolução Comunista Universal, a esquerda (repetimos) não se fez de rogada e, a pretexto de analisar a arquitetura cubana (por que a cubana ou, pelo menos, só a cubana?), divulgou alentado trabalho de propaganda editado na infeliz nação das Antilhas, traduzido no Brasil pelo Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Repetimos a pergunta: por que só a arquitetura cubana, quando muitas outras, mais significativas, ficaram à margem? É que o objetivo da divulgação, no Brasil, desse ostensivo trabalho de propaganda do regime castrista nada tinha de científico, artístico ou técnico, mas era uma deslavada e despudorada infiltração do comunismo entre os profissionais e estudantes de arquitetura.

Res non verba — exigirão de nós os engajados nos movimentos esquerdistas. E não os desatenderemos, passando a transcrever, *ipsis verbis*, algo do que lá se acha escrito, com todas as letras, nesse livro de efeitos deletérios in-
calculáveis. A publicação se intitula *Arquitetura e Desenvolvimento Nacional — Cuba — 1978* e foi editada pelo Comitê Estatal da Construção (de Cuba, naturalmente, e pelo Estado comunista, é óbvio). Traduzido para o português,

foi publicado, como dissemos, pelo Grêmio (dos estudantes, é claro) da Faculdade de Arquitetura de São Paulo. Com que dinheiro não se sabe, pois não creio que o poder público no Brasil já haja chegado ao ponto de divulgar obras que promovem o regime comunista de Cuba, tão bom que foi o único país a fornecer, nos últimos jogos pan-americanos, atletas que pediram asilo em outras nações... E sua edição em vernáculo é recente (janeiro de 1979), quem sabe se com o propósito paralelo de ser apresentado no conclave de pretensos cientistas, em julho findo.

Mas vamos às provas.

Após síntese histórica, em que todos os enfoques materialistas servem para a propaganda do regime socialista (exploração do homem pelo homem, Igreja atrelada aos poderosos, colonialismo por parte dos países ricos, em tudo semelhante à comprometedor linguagem dos bispos "progressistas"), os autores da obra não se contêm e dizem, mesmo, o seguinte: — "Conscientes da responsabilidade que implica a ajuda internacional recebida e dos princípios que nesse sentido o nosso povo sustenta, os construtores cubanos, e entre eles os arquitetos, estiveram e estão dispostos a prestar, na medida de suas responsabilidades, ajuda técnica a outros povos em condições mais difíceis que as nossas". (Pág. 213). É claro que, filtrando-se o verdadeiro sentido dessa frase, "ajuda internacional" quer dizer INTERVENÇÃO NOS OUTROS PAÍSES ATRAVÉS DE GUERRILHAS; "princípios que o nosso povo sustenta" significa PRINCÍPIOS DO MARXISMO-LENINISMO (COMUNISMO) IMPOSTOS AO POBRE POVO CUBANO POR FIDEL CASTRO, que, depois de se assenhorear de uma revolução com objetivos democráticos (derubada da ditadura Batista), não realizou, em vinte anos, um só arremedo de eleição, instaurando uma sangrenta ditadura; "ajuda técnica a outros povos em condições mais difíceis" deve ser entendido como ENVIO DE TROPAS DE APOIO AOS GUERRILHEIROS COMUNISTAS DE OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DA ÁFRICA. Isso tudo é ali dito e repetido na melhor técnica usada pela subversão, como se fosse ajuda mesmo...

O livro transcreve, ainda, cingidamente, "as palavras pronunciadas pelo Presidente do Conselho de Estado, comandante Fidel Castro, no informe ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba". Aquelas palavras, segundo o livro ora analisado, "sintetizam com clareza estas aspirações, sentimentos e princípios". E que disse ele, o "comandante"? Nada menos do que o seguinte: — "enganaríamos nosso povo se lhe inculcássemos a idéia de que uma vez donos de nosso próprio destino no plano econômico e social e livres da tutela imperialista, o acesso à riqueza e à abundância de nossa sc-

cidade não conhece limites". (...) Na formação de nossa consciência comunista, a elevação do nível de vida material é e deve ser um objetivo nobre e justo de nosso povo". (Pág. 222). Voltaire já ensinava: — Menti, menti, e alguma coisa ficará... Não obstante as frágeis restrições, diante da realidade dos fatos que Fidel Castro não consegue escamotear, dizer que a Cuba atual passou a dona de seu próprio destino no plano econômico e social e ficou livre da tutela imperialista é jogar areia nos olhos do mundo estarecido. Mesmo que se tenha livrado da tutela norte-americana, subjugou-a implacável tutela da Rússia, que assim atua não só no Caribe como na Europa oriental, na África, no Oriente Médio, na Ásia...

Por outro lado, por mais desejável que seja o bem estar material das populações, esquecer o progresso religioso, espiritual e moral do povo é comprometer aquela outra falsa vantagem. E é o que faz o comunismo.

Mas fiquemos por aqui. Arrematemos estas linhas enfatizando a parcialidade desses "cientistas", que vieram fazer subversão no Ceará e nada queriam com a verdadeira Ciência, respeitável sob todos os aspectos.

ANTES TARDE DO QUE NUNCA

Tive a satisfação de ler recentes declarações do Cardeal Scherer, do Rio Grande do Sul, que há muito não eram pronunciadas por bispos brasileiros. Disse ele verdades indiscutíveis, todavia esquecidas de último: — não há como conciliar cristianismo e marxismo (comunismo ou, mesmo, socialismo), e os próprios marxistas sabem disso.

A incompreendida luta de alguns católicos contra a falácia que pretende impingir o marxismo como irmão gêmeo do cristianismo vem de longe, desde quando, aproveitando as aberturas do Concílio Vaticano II, os impropriamente chamados "progressistas" (impropriedade que decorre do fato de ser o marxismo intrinsecamente perverso, como foi dito por Pio XI, enquanto o mal jamais será instrumento de progresso) nos quiseram aproximar das esquerdas. Mas a paixão obnubila os homens, mesmo aqueles consagrados a Deus, e temos o rebanho cristão dividido por via das novidades que alguns apedeutas procuram introduzir na grei.

Ninguém poderia ignorar a crise que o mundo atualmente atravessa, de repercussões tão amplas e tão profundas que ameaça culminar com o que jamais acontecerá no decurso de vinte séculos de cristianismo — a própria Igreja Católica dividida e enfrentando insidiosos inimigos internos, depois

de ter vencido o paganismo romano, a agressividade dos povos bárbaros, o regalismo medieval, o surto das heresias (todas oriundas de frades, padres e bispos), a incredulidade dos enciclopedistas e o fanatismo dos primeiros materialistas dialéticos, adversários externos que, por isso mesmo, foram mais facilmente batidos.

Época de excessos e de contrastes, haveriam de ser precisamente alguns daqueles que insistem na necessidade da “promoção do homem” os que menos desejam ver a pessoa humana integralmente respeitada, pelo menos sob o duplo aspecto de matéria e espírito, com deveres sociais mas com direitos inalienáveis que o Estado oficialmente materialista desrespeita, embora não o pudesse fazer.

Mister seria empreender uma contra-ofensiva, cuja finalidade se resumiria na reposição dos valores eternos em seus devidos lugares. Ainda bem que já se notam sinais dessa atitude saneadora, não só por parte daqueles que nunca se deixaram encantar pelo novo processo demoníaco de autodestruição daquelas verdades hoje postas em dúvida ou frontalmente negadas mesmo por quem mais devera defendê-las. Aquela consoladora atitude vem sendo adotada até por autorizados analistas de nosso comportamento social e de nossas condições econômicas.

Longe de crerem nos bons resultados da chamada “promoção do homem”, campanha de conotação preponderantemente materialista, não poderia causar espanto que sociólogos a denunciasssem como unilateral, por ignorar as aspirações espirituais da humanidade. Estudiosos do problema humano em suas variadas facetas, homens de visão universal da vida, não se deixariam eles engodar pelo movimento que, quando muito, satisfaria o estômago e o sexo, mas em contrapartida alienaria a liberdade — a de crer em Deus, a de dispor da própria vida, a de educar e formar a família, dentre outras.

Apedeutas em assuntos tão especializados vinham acreditando na fórmula mágica ou encantada da felicidade através, unicamente, da melhoria das condições materiais da vida, abandonando por isso o campo próprio de suas atividades específicas, como, por exemplo, sacerdotes que, interpretando mal a missão da Igreja de protetora dos pobres que sempre foi, travestiram-se de economistas improvisados, de odientos inimigos de países, povos e classes e de formadores de uma juventude esquerdista e guerrilheira, muito menos culpada do que aqueles pela atitude anticristã e agressiva que assume.

Benvindas sejam, pois, as recentes palavras de Dom Vicente Scherer, que reforçaram a longa e árdua luta daqueles que, enfrentando a incompreensão e até o ódio de alguns de seus chefes espirituais, continuam firmes na fé, comba-

tendo o bom combate e repudiando as novidades que os chamados "progressistas" tentam introduzir na doutrina cristã, no que aqueles seguem, aliás, o conselho de São Paulo: — se alguém, até mesmo um anjo do céu, pregar coisa diferente daquilo que eu ensino, seja anatematizado!

NÃO HÁ BEM QUE SEMPRE DURE

Em nossa última crônica manifestamos a nossa alegria ante as palavras sensatas de Dom Vicente Scherer, Cardeal-Arcebispo de Porto Alegre, sobre a absoluta incompatibilidade entre o cristianismo e o marxismo. E desenvolvemos, em prosseguimento àquele nosso regozijo, algumas considerações sobre o fenômeno de existirem bispos esquerdistas na Igreja de Deus. Fenômeno tão absurdo quão real, antigamente desmentido mas hoje tão evidente que ninguém se arrisca mais a contestar aqueles que o afirmam e combatem. Distorções refutadas não somente pelos teólogos tradicionais, mas também por sociólogos, excluídos os formados na já famigerada escola francesa (que exporta marxistas esteriotipados que, por sua vez, contaminam os tupiniquins de alguns cursos de sociologia, economia, psicologia e comunicação), mas sociólogos de verdade, que não partem de posições pré-estabelecidas para a propaganda de idéias esquerdistas.

Agrada-nos, agora, salientar que, refutando essas distorções, não se aprestam somente os sociólogos. Até pró-homens da chamada área tecnicista se vêm preocupando com o problema, como ocorreu com Shackle, para quem somente será um completo economista aquele que... não souber apenas economia, visto que, como o salienta Caio Fonseca, o especialista é geralmente a pessoa que tudo sabe sobre uma coisa e nada sabe acerca de tudo o mais...

Para cuidar dos problemas humanos não será bastante saber muito sobre pouca coisa, nem estar forrado de uma manifesta boa vontade. Pelo contrário, é preciso partir de uma visão escatológica da vida humana, e não limitar os horizontes de nossa felicidade à simples satisfação de apetites animais, visto como o coração humano, obra de Deus que é, somente em Deus repousa, na afirmação de Santo Agostinho.

Mesmo com relação àqueles que, mais enganados do que enganadores, se deixaram atrelar ao comboio fatídico, a simples boa-fé não os absolveria, pela repercussão de sua atitude, levando outros ao erro. A fábula de Dom Adams demonstra sobejamente que a boa vontade nem sempre salva, sabido que, às vezes, os bem intencionados agem a exemplo daquele símio que, surpreendido por uma grande enchente, en-

controu arrimo no galho de alta árvore e, penalizado com os esforços de pequeno peixe contra a corrente impetuosa, quis ajudar o companheiro, para ele menos afortunado, estendendo a mão e retirando-o da água...

Importa, pois, que a melhoria das condições de vida da humanidade não se limite àquela "promoção" de origem tão suspeita, por excluir qualquer sentido espiritual, mas abraça o homem em toda a sua plenitude. Limitá-la aos apetites materiais ou, mesmo, circunscrevê-la à própria tecnologia, desde que divorciada esta de uma visão verdadeiramente humanista da sociedade, não seria boa solução para nossas angústias. E não somos nós que o dizemos, por mais sincera que realmente seja nossa desvaliosa palavra. É, antes, o próprio Paulo VI, arauto da reforma preconizada pela *Populorum Progressio*, encíclica parcialmente citada e deturpadamente interpretada, quem nos chama a atenção para o fato de que "dizer desenvolvimento é com efeito preocupar-se tanto com o progresso social como com o crescimento econômico; não basta aumentar a riqueza comum para que ela seja repartida equitativamente; não basta promover a técnica para que a terra possa ser habitada de maneira mais humana", pois "a tecnocracia de amanhã pode gerar ainda piores males que o liberalismo de ontem".

Todas estas nossas considerações, que se seguem àquela crônica otimista em decorrência das sensatas declarações de um Cardeal da Igreja de Deus, vêm muito a propósito de notícia outra, da qual tivemos conhecimento por mãos amigas, publicada em jornal da terra (*O Povo* de 31-8-79, pág. 18), que confirma o ditado de que "não há bem que sempre dure". É que o bispo Antônio Fragoso, de Crateús, declarou, com grande escândalo para muita gente, que os católicos devemos ter um "conhecimento profundo da realidade, CONHECIMENTO ESSE QUE NÃO SE ENCONTRA EM DEUS, NA BÍBLIA, E, MUITO MENOS, NA IGREJA, mas que se obtém através da experiência do povo e das ciências sociais". Para o bispo de Crateús, que se vem tornando célebre por manifestações estapafúrdias, a prática pastoral da Igreja, da qual é bispo, "tem sido feita de forma errada". Até mesmo o encontro de Puebla, já de si avançado em relação à doutrina tradicional da Igreja, o bispo de Crateús considerou-o inútil no que diz respeito à resolução dos problemas das "populações oprimidas". Ele quer mais, sempre mais, e por isso denuncia a prática religiosa de "conformista", dizendo ainda que "O POVO PRECISA SAIR DAS IGREJAS E ENGAJAR-SE NA LUTA PARA SE LIBERTAR E LIBERTAR OS SEUS IRMÃOS". Numa linguagem que mais parece sair da boca de um inimigo da Igreja, ele arremata sua parlenda, dirigida a alunos de psicologia em mangas de camisa (o clichê do

jornal assim o mostra), com essas palavras escandalosas com laivos de blasfêmia: — “Quando passo em frente à Catedral, em Crateús, e a vejo cheia de gente, FICO TRISTE. O povo devia sair às ruas e CELEBRAR A VIDA, ELA É QUE É A PRIMEIRA EUCARISTIA DA VIDA. SE ELA NÃO EXISTE, A MISSA É VAZIA”.

Há poucos dias lemos um esplêndido artigo de Rachel de Queiroz sobre os exilados que voltam, sob o título “Nãc aprenderam nada, não esqueceram nada”. O mesmo podemos dizer do bispo de Crateús, que nos idos de 1968 pronunciou na Escola de Administração uma conferência em que preconizou para o Brasil o regime da Cuba de Fidel Castro. Poucos anos depois foi expulso do Equador, juntamente com outros bispos esquerdistas, por terem as autoridades locais considerado a reunião de que participava como francamente subversiva. E agora faz as declarações que motivaram esta nossa crônica. Evidentemente, ele não aprendeu nada, nem esqueceu nada... Infelizmente para a Pátria, para a Igreja e para ele mesmo, que há de dar severas contas de seus atos a Deus, não só como batizado, mas como sacerdote e como bispo.

QUE HORROR!

O escritor, especialmente o jornalista, a despeito de sua indiscutível liberdade, acha-se um tanto condicionado aos acontecimentos, de modo que muitas vezes se vê forçado a tratar, menos remotamente, de assunto que não constava de seu imediato programa de trabalho. Exemplifiquemos: — tratamos, em nossa última crônica, de histórico documento papal, cuja análise, hoje em dia, bem explica a crise que a Igreja Católica está a atravessar, sofrendo a ameaça de sua autodestruição, na candente linguagem de Paulo VI. Não imaginávamos, no momento preciso em que escrevíamos aquela crônica hebdomadária, que seríamos levados a reenfrentar, seguidamente, o delicado tema, forçados pela leitura de longa matéria publicada em jornal da terra (*O Povo* de 14-9-79 pág. 9), que verdadeiramente nos estarreceu por ser documento básico da reunião dos bispos cearenses realizada há pouco na serra da Meruoca.

Melhor justificativa não nos seria possível apresentar quanto a esta nossa insistência do que proceder a um sintético estudo comparativo entre um documento de indiscutível origem papal — o “Syllabus”, onde se acham formalmente condenadas 80 proposições que bem refletiam o espírito liberal modernizante do século passado, e essa outra publi-

cação há pouco aludida. Quanto ao documento papal, foi enviado ao mundo inteiro por Pio IX, no ano de 1864, acompanhado de uma sua encíclica, a *Quanta Cura*, onde aquelas 80 proposições eram reanalisadas e refutadas, ao lado de outras da mesma procedência. E que diziam elas? Constituíam a essência mesma do espírito liberal e modernizador que se seguiu à Revolução Francesa. Apenas a algumas dentre todas aludiremos aqui, precisamente para compará-las com alguns itens da recente publicação em jornal da terra, que muito nos surpreendeu.

As condenadas proposições de números 15, 16, 17 e 18 do "Syllabus" partem do pressuposto de que qualquer religião é verdadeira, desde que todas elas decorreriam da luz da razão e não da Revelação Divina. Aquele aforisma segundo o qual "fora da Igreja Católica não há salvação" seria pensamento medieval, obscurantista e intolerável no Século da Luz, que — acrescentamos agora — tantas trevas preparou para a humanidade na centúria seguinte. . .

No capítulo destinado ao Socialismo, Comunismo *et cetera*, o documento papal reafirma que "estas pestes foram reprovadas muitas vezes, e com severíssimas fórmulas" nos documentos a seguir alinhados, todos anteriores a 1864, motivo por que ainda não eram citadas as luminosas encíclicas de Leão XIII, Pio X, Pio XI e Pio XII, todos de saudosíssima memória.

Mais adiante, o item 26 do "Syllabus" condena a proposição que diz ser vedada à Igreja adquirir bens temporais, enquanto o de número 27 mostra o absurdo de se excluir os clérigos do direito da administração e do domínio de coisas materiais.

Nos seus itens 45 e 47, está condenada a proposição que afirma que a educação deve ser laica, sem nenhuma influência da Igreja na formação religiosa e moral das futuras gerações, a fim de que democraticamente não se imponha religião a ninguém. O sofisma empregado, contra o qual Pio IX se rebela, finge ignorar que a escola laica é uma indiscutível imposição aos pais católicos.

Finalmente, o condenado item 63 do "Syllabus" objetiva introduzir na sociedade o germe do anarquismo, quando reconhece o direito de rebeldia contra o poder público legitimamente constituído, como costuma acontecer nas revoluções comunistas. Isto porque, conforme salientou o Papa Pio IX na "Quanta Cura", os adeptos dessas esdrúxulas opiniões costumam afirmar que "a vontade do povo, manifestada pelo que chamam opinião pública, constitui a lei suprema, independente de todo direito divino e humano".

Em face desse pronunciamento oficial da Igreja, vale a pena analisar agora o documento publicado em *O Povo* de

14 de setembro do corrente ano, que serviu de base, segundo se afirma, à reunião dos bispos cearenses. Ali está dito o seguinte, que se choca frontalmente com o pensamento da Santa Sé, manifestado em várias oportunidades e através de diversos Papas: — Os bispos precisam assumir posições no campo social (mais ainda?!), movidos por uma reflexão corajosa. Devem renunciar aos seus privilégios para aceitar as condições do povo (em vez de líderes espirituais legítimos, seriam líderes político-econômicos), tornando a Igreja independente do Estado, começando por não participar de festas oficiais, ocupando lugar de destaque. Nas pregações, devem valorizar o que o povo faz (tudo, mesmo?!) tirando a Igreja de dentro do sistema capitalista, lutando contra os ídolos do poder e tudo o mais que dificulte a comunhão e partilha dos bens. Devem descobrir nos índios e outros grupos (comunistas?) que não vivem a fé os sinais de Deus (não ao modo dos Anchietas e Nóbregas, mas, conforme se ouve e lê freqüentemente, conservando-os em sua cultura, isto é, no paganismo). Referentemente ao Ceará, está explicitado no documento que o sistema hereditário de posse da terra contradiz a destinação universal dos bens (isto é, a propriedade é um roubo). Seguem-se normas para o agir da Igreja, tão disparatadas quão numerosas (o que nos impede de transcrevê-las todas), das quais salientamos estas: — Apoio da hierarquia às lutas populares (lutas de classes, no melhor sabor marxista). Esclarecimento ao povo sobre os Direitos Humanos (esquecidos os Deveres). Trabalho contra o esvaziamento dos sindicatos, (provocado pelo Governo, é claro). Pregação sobre a realidade da injustiça e estrutura do pecado (sic) existente no mundo. Tudo isto correndo os riscos da libertação, mesmo que adotando a linha da não violência (com que tristeza o documento parece registrar essa limitação, certamente para que não se choque com as recentes recomendações de João Paulo II). E não esperar a conversão das massas (missão precípua da Igreja) para levá-las à ação (isto é, às lutas sociais).

Não precisamos enfatizar que isso é marxismo puro, doutrina que se acha presente em todo o documento, inclusive em sua parte final, em que algumas propriedades e seus possuidores são “caridosamente” citados, certamente por amor à humanidade e em atenção aos Direitos Humanos...

Deixamos para o fim desta nossa crônica duas afirmações que nos parecem da maior gravidade: — Os bispos devem trazer o catolicismo de volta ao cristianismo (custa a crer que bispos da Igreja de Cristo lancem essa bofetada na face de sua Mãe) e devem formar seminaristas (isto é, os futuros padres, bispos, arcebispos e cardeais) na linha de Puebla (não mais na linha de Deus, de Cristo e da Igreja!).

OMISSÃO INJUSTIFICÁVEL

Dentro da mesma ordem de idéias já aludidas em crônicas anteriores, deixo hoje de referir-me especificamente a determinado livro, para cingir-me a um fato que envolve posicionamento teórico perfeitamente comportável nesta coluna. Quero falar da recente concessão, pelo Governo do Estado, da Medalha da Abolição a quatro personalidades respeitáveis que integram a comunidade cearense.

Preliminarmente, lembrarei, por ser historicamente certo e para que estas linhas assumam um mais elevado grau de autoridade na matéria, que a instituição dessa Medalha, a mais alta que o Governo Estadual pode conceder, surgiu de sugestão minha e de Manuel Albano Amora transmitida ao então Governador Parsifal Barroso, que, de bom grado, a aceitou, propondo a criação da comenda através de Mensagem à Assembléia Legislativa, nos últimos tempos de sua administração.

Conferiu-a a várias personalidades e entidades seu sucessor imediato, o Governador Virgílio Távora, inclusive, por sugestão minha, ao Seminário da Prainha e ao Colégio Imaculada Conceição, no ano do centenário de fundação desses beneméritos estabelecimentos de ensino, que foi o mesmo dos cem anos da Escola de Aprendizes Marinheiros, então já agradecida pelo Governo por essa razão. Conferiram-na a diversas pessoas e sociedades os sucessores do Coronel Virgílio Távora, os Governadores Plácido Aderaldo Castelo, César Cals de Oliveira Filho e Adauto Bezerra. O mesmo seja dito do atual Governador, Professor Valdemar Alcântara, que homenageou com a honrosa comenda aquelas quatro eminentes personalidades a princípio referidas. — O General Sérgio de Ari Pires, os ex-Governadores Virgílio Távora e Adauto Bezerra e o Dr. Newton Gonçalves. Homenagem sem dúvida muito justa, merecendo o aplauso de todos os cearenses.

Justa mas infelizmente incompleta, pois esquecidos, inexplicavelmente a meu ver, foram três cearenses também dignos de recebê-la — os ex-Governadores Parsifal Barroso, Plácido Aderaldo Castelo e César Cals de Oliveira Filho.

O primeiro destes citados, Parsifal Barroso, além de ter proposto a criação da comenda, foi, sem sombra de dúvida, o mais culto dentre todos os Chefes do Executivo Estadual. E só por isso, mesmo ignorando-se todo o seu trabalho em prol do desenvolvimento do Ceará, de que fui testemunha como Chefe de sua Assessoria Técnica, assim como a sua iniciativa em favor do apaziguamento político cearense, com a criação da União pelo Ceará, de que resultou, aliás, a eleição do Governador Virgílio Távora, só por isso não poderia

ter sido esquecido na hora em que eram homenageados dois de seus sucessores.

O segundo, Plácido Aderaldo Castelo, sobre ter sido o único dos Governadores indicado pessoalmente pelo grande Presidente Castelo Branco, que o conhecia e admirava de longas datas, o que por si só constitui grande honraria, realizou uma política pouco compreendida porque nada ostentosa nem eivada de propaganda, mas realmente voltada para os interesses da comunidade rural, como posso igualmente testemunhar como seu Secretário de Administração. A Estrada do Algodão, nunca suficientemente louvada, construída numa época em que os cofres da União estavam praticamente fechados para o Ceará, é exemplo frisante e irresponsável dessa benemerência. Acresce que ninguém desconhece no Ceará a simplicidade franciscana com que o eminente filho de Mombaça regia nossos destinos. Seus passeios pelo centro da cidade, a pé, desacompanhado de quaisquer atavios e agentes de segurança pessoal, constituíam prova insofismável de quanto era respeitado e querido pelo povo, que ele jamais temeu e, para honra de ambos, nunca o desacatou. Homem naturalmente bom, recebia com grande cordialidade correligionários e adversários políticos, ricos, e pobres, amigos e desconhecidos. Digo desconhecidos porque inimigos ele não os possuía nem possui, com o grande coração que bate em seu peito.

Finalmente, o Coronel César Cals de Oliveira Filho, o último da tríade esquecida, fez uma administração corajosa, rasgou a Estrada da Confiança que redimiou a zona Norte do Estado, foi generoso com o funcionalismo e com muitos que não privavam de sua intimidade como eu, conferindo-me a Medalha José de Alencar em tarde inesquecível, quando foram igualmente homenageados outros intelectuais cearenses — Herman Lima e Artur Eduardo Benevides — e artistas — B. de Paiva e Evaldo Gouveia. Sou reconhecido ao Governador de então por essa distinção a mim feita, mas não é só porque rejeito a ingratidão que assim me manifesto. A dedicação do Governador César Cals de Oliveira Filho às vítimas das enchentes ocorridas no fim de sua administração é episódio que o povo cearense jamais poderá esquecer.

Conheço de muitos anos o Governador Valdemar Alcântara, desde os tempos em que militávamos, ele no ápice e eu na planície, nas hostes do Partido Social Democrático, cujos líderes se caracterizavam pela prudência com que atuavam em todas as horas, especialmente nos momentos de crise. Homem público oriundo dessas fileiras, não teria, sem dúvida, o Governador Valdemar Alcântara qualquer intuito menos nobre ao esquecer os três grandes cearenses objetos principais destas minhas linhas. Talvez não tenha chegado ao conhecimento

do ilustre Governador que, se a regulamentação da Medalha da Abolição limita a sua concessão a certo número em determinado período, instrumento legal adequado isenta os Chefes de Estado dessa restrição.

Com os conhecimentos que penso ter da personalidade serena e justa do Governador Valdemar Alcântara, confio que encaminhará, sem perda de tempo, à Comissão da Medalha da Abolição a proposta de sua iniciativa corrigindo essa incompreensível omissão, porfiando em realizá-la ainda no seu período administrativo. E caso o exíguo tempo não possibilite a concretização dessa sua iniciativa, sei também que seu ilustre sucessor, homem sensato e sem ódios, sentir-se-á feliz em promover a entrega da comenda a seus três eminentes colegas, por bem a merecerem.